



Crises e Desigualdades em Tempos de Pandemias no Brasil e na Argentina

01/04/2021

Leticia Diniz*

Victoria Darling**

Carta FoMerco, v. 1, n. 4, abr. 2021.

O cenário de pandemia será de extrema importância para avaliar o estado da situação socioeconômica da nossa região nos próximos anos, mas também, para fazer uma reflexão profunda sobre as desigualdades ampliadas no início do século XXI. A pandemia do COVID-19 implicou o retorno dos nacionalismos, a ausência de alternativas regionais, a proibição de entrada à migrantes, trabalhadoraxs fronteiriçaxs e o concomitante processo de retorno das mulheres, em muitos casos, ao âmbito doméstico. Esses são apenas alguns elementos que se destacam e que alteraram a vida de nós, homens, mulheres e diversidades, que habitamos o Mercosul. As medidas para enfrentar tamanha situação crítica têm sido diversas, mas nulas podem ser consideradas propostas de transformação estrutural. Os níveis de desemprego, subemprego, desigualdade e pobreza aumentaram notavelmente e políticas como taxação de grandes fortunas ou renda cidadã são apenas consideradas exceção.

DE CRISES MÚLTIPLAS

Um dos aspectos centrais que a pandemia evidenciou foram as ausências e as precariedades já existentes. Os sistemas de saúde pública dos nossos países encontravam-se fragilizados e as políticas de fortalecimento demoraram em chegar. A crise sanitária tem se tornado cada dia mais profunda, deixando centenas de milhares de mortes em todas as populações do Mercosul.

Neste artigo iremos analisar qual foi o impacto da pandemia numa parte da população específica, as mulheres, mais especificamente para as mulheres da Argentina e do Brasil.

Todos e todas estamos sujeitos à doença, mas as condições de vida, e a provisão de tratamento tem diferenças abissais entre setores de classe. Todxs expostos ao mesmo problema, mas sem possibilidade de responder da mesma forma.

PANDEMIA, RESISTENCIA E GUERRA CONTRA AS MULHERES

O Brasil tem sido alvo de discussões internacionais por ser um péssimo exemplo de como combater a pandemia. O presidente Bolsonaro têm aplicado de forma profunda uma necropolítica^[1] nos termos do camaronês Achille Mbembe. Com base no biopoder e nas tecnologias de controlar populações a necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O corpo "matável" é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça.

O país está enfrentando uma crise sanitária e política representada pela desarticulação das políticas públicas entre a

união e os estados, e pelo ataque do Executivo à outras instituições.

Desde o início da crise o presidente desencorajou a usar máscara e teve falas em tom de deboche ("é só uma gripezinha"). Além disso, a política externa foi alinhada aos Estados Unidos. Foi nesse tom de brincadeira que o presidente foi se isolando politicamente na América do Sul. Justamente nesse contexto a política interna de Bolsonaro também foi ameaçada, até o presente ele acumula 74 pedidos de impeachment^[ii].

O caso argentino representa a visão oposta sobre o fenômeno. A pandemia encontrou no governo de Alberto Fernández a firmeza inicial para tomar medidas emergenciais. Na primeira onda -de março a agosto de 2020- as atividades econômicas foram pausadas e foi proposto um pacote de medidas que incluiu uma renda de subsistência.

O decreto que determinou o Isolamento Social Preventivo e Obrigatório (ASPO) contemplou um Cartão Alimentar, projetado para complementar a renda de famílias vulneráveis que recebiam a *Asignación Universal por Hijo/a*. Em segundo lugar, foi concedida uma Renda Familiar Emergencial (IFE) destinada às famílias que não recebiam assistência. Esse subsídio foi excepcional e contava com parcelas de pagamento de um valor mensal de 10.000 pesos, o equivalente a 600 reais. Por sua vez, as pensões também tiveram um reajuste.

Finalmente, a iniciativa de maior investimento foi o Auxílio ao Trabalho e a Produção equivalente ao pagamento da metade dos salários dos trabalhadores privados de todas as empresas (cultura, saúde, entretenimento, turismo) que demonstraram que os seus rendimentos tinham caído em relação ao faturamento do ano anterior no mesmo mês. Esta medida foi complementada com a proibição de despedimento de qualquer trabalhador com carteira assinada. Aliás, o decreto também anulou qualquer pedido de despejo a inquilinos.

DISTINTAS ESTRUTURAS SOCIAIS, MESMOS PROBLEMAS

Em diversas pesquisas tem se percebido uma enorme indignação entre as mulheres. Neste artigo pretendemos compreender quais políticas de proteção social foram criadas (ou a ausência destas) para as mulheres no contexto da pandemia e assim evidenciar quais foram os impactos provocados.

Em relação ao Brasil, 65% das equipes de trabalho em saúde e serviço social são compostas por profissionais do sexo feminino, incluindo, médicas, enfermeiras, assistentes sociais, entre outras^[iii]. Isso significa que as maiores consequências da ineficiência do estado têm recaído sobre trabalhadoras. Destaca-se o desgaste físico e emocional que essas ações acarretam, a sobrecarga psicológica que representa trabalhar com pessoas em situação de alta vulnerabilidade. No entanto, o governo brasileiro se quer mencionou criar programas para elas. Já na Argentina, as trabalhadoras de saúde representam o 70% das equipes. Elas sofrem as dolorosas consequências da falta de cuidado e, por sua vez, da violência que se sobrepõe em seus espaços de trabalho.

Mas o governo sancionou um decreto de Cessão de Estímulo ao Pessoal de Saúde, alterado em outubro de 2020, que prevê um pagamento complementar ao salário. Na verdade, o subsídio não atingiu todo o pessoal e o atraso no pagamento desvalorizou o seu valor. Foram apenas 5.000 pesos, o equivalente a menos de 300 reais por única vez. "Na América Latina, a renda das mulheres que trabalham no setor saúde é 25% menor que a dos homens do mesmo setor. Elas trabalham mais horas extras em média, são mais vulneráveis a episódios de violência, estão mais expostas aos agentes que podem estar infectados e tem menos acesso a proteção" (OIT - ONU, 2020).

Ao contrário de qualquer expectativa, a maior política levada adiante no Brasil foi a implementação de uma estratégia de disseminação do vírus e omissão das mortes. Porém, o governo do Brasil sancionou o equivalente ao IFE argentino, o auxílio emergencial. Com um valor de 600 reais para desempregados, teve um adendo de 1.200 reais para mães solteiras. O auxílio já nasceu excludente, pois para recebê-lo era necessário ter acesso a um celular com chip.

O CORPO E O TERRITÓRIO

Quando olhamos na perspectiva das consequências desta crise para as mulheres brasileiras podemos observar que as opções para as mães são pouquíssimas. Em primeiro lugar, a maior parte das mulheres não deixa de exercer o trabalho doméstico não remunerado. Dados do IBGE apontam que elas se dedicam bem mais aos cuidados. No caso, cerca de 73% a mais de horas do que os homens fazem em casa, com uma média mensal de 18,1 horas, sendo ainda maior para as mulheres pretas.

A maioria aliás, encontram-se na economia informal, sem direitos trabalhistas, em empregos mal remunerados e inseguros. Além disso, ficar em casa não tem sido sinônimo de segurança na região toda. Na Argentina, as reclamações sobre violência de gênero aumentaram 18% durante a pandemia. De acordo com o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade, em 2020, foram recebidas 81.677 comunicações com esse tipo de denúncia, sendo 98% delas feitas por mulheres. Já os agressores são 40% do atual companheiro e 44% dos ex-companheiros.

Dentre os desafios no Brasil, também está o aumento da violência. Devido ao isolamento social, as mulheres ficam presas com seus agressores nas próprias casas, onde a procura de ajuda torna-se um mecanismo de difícil acesso.

O gênero, a classe e raça são catalisadores dessas vulnerabilidades pois se relacionam com às desigualdades acumuladas durante o transcurso de vida. Por exemplo, em relação ao feminicídio, o assassinato de mulheres brancas diminuiu enquanto o de mulheres pretas cresceu. Em relação aos atendimentos realizados pela polícia "percebe-se uma elevação significativa em diversos Estados.

A pandemia tornou visível como as opressões se interseccionam, as mulheres pobres e negras durante a pandemia foram as mais afetadas, principalmente em relação a desistência de um trabalho remunerado e a continuidade de seus estudos, ou até mesmo a interrupção de suas vidas.

Enquanto a pobreza cresce, na Argentina dados oficiais mostram que 42% das e dos argentinos são pobres, sendo a maior prevalência em crianças (6 de cada 10 são pobres). No Brasil, 27 milhões de pessoas se encontrariam nessa situação. Os indigentes são hoje o 12,8% da população considerando uma linha de pobreza extrema que estipula o valor mínimo de 8,20 reais por dia para se alimentar.

Neste contexto o caso do Miguel foi chave para entender a soma de dificuldades que os setores populares, e nesse contexto as trabalhadoras, atravessam. Algumas mulheres levam seus filhos para o trabalho correndo o risco de

contaminação ou de situações traumáticas. Este foi o caso da Mirtes, em Recife, uma empregada doméstica de família nobre da cidade que levou o filho ao trabalho. Mirtes fazia as diversas tarefas encomendadas, inclusive as vezes, ela devia sair da casa. Um dia, enquanto trabalhava, deixou por alguns minutos Miguel sob responsabilidade de sua chefe. A senhora permitiu que a criança entrasse no elevador e isso levou a cena trágica da morte do menino, que caiu do nono andar. Tratava-se de um menino negro, da periferia, uma criança que teve sua vida, seus sonhos e ilusões aniquilados^[iv].

VIOLÊNCIA E MAIS VIOLÊNCIA

A pandemia na região está sendo literalmente uma guerra para as mulheres. Elas são as soldadas que atuam na linha de frente e as maiores vítimas da falta de atenção. Aliás, os surtos pandêmicos desviam recursos dos serviços que precisam, como o acesso aos cuidados de saúde pré-natal ou contraceptivos. Quando os serviços de saúde estão sobrecarregados estes são os primeiros serviços a serem cortados.

No Brasil, a única decisão tomada foi o auxílio para as mães solteiras, uma política que exclui mães. Como sabemos devido ao machismo estrutural, mães casadas podem criar filhos sozinhas, no Brasil existem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro^[v].

Assim, reiteramos a negação de direitos no marco deste governo. Desde o início o presidente deixou claro seu ódio em relação às mulheres, frases misóginas com a própria filha, a exemplo de sua fala sobre ela ter sido “uma fraquejada”, é só um exemplo.

Estamos vivendo um patriarcado de alta intensidade (SEGATO, 2016) desde a ascensão deste governo, através de seus ataques, aliado às milícias, seus discursos de ódio exacerbados e a aversão aos corpos femininos e não brancos, é explícito.

Na Argentina, a contracorrente, a proclama de milhares de mulheres obteve recompensa depois de anos de luta. O decreto presidencial de Interrupção e Legalização Voluntária da Gravidez foi sancionado depois de um extenso debate em dezembro de 2020.

Para fechar, reforçamos a necessidade da garantia dos direitos já assegurados e a implementação de políticas públicas direcionadas aos problemas sociais relacionados às mulheres no Mercosul.

Hoje somos uma soma de repúblicas devastadas, onde o olhar de cada mulher latino-americana denuncia algum tipo de dor, algum tipo de direito que lhe foi violado. Hoje todas suspiramos de agonia e impotência por não poder sair às ruas. No entanto, a nossa esperança, que vem do verbo esperar de Paulo Freire, lembra que a esperança não é sinônimo de espera, é capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Um dia esse suspiro de dor será alento e força para a continuidade de nossas lutas numa mesma região.

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

** Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

[i] A origem da termo parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual.

Cf.: Necropolítica, o que esse termo significa? *Politize!* (Site). Publicado em: 30 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

[ii] Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. *A pública*. (Site). Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

[iii] CAGLIARI, E. S.; VIEIRA, L. A guerra tem rosto de mulher. *ANESP*. (Site). Publicado em: 17 abr. 2020. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>. Acesso em: 23 mar. 2021.

[iv] G1-PE. Menino morto ao cair de prédio de luxo em Recife. *G1-Pernambuco*. (Site). Publicado em: 30 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-menino-miguel-morto-ao-cair-de-predio-de-luxo-no-recife.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2021.

[v] BASSETE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. *Exame*. (Site). Publicado em: 31 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Imagem: [Tumisu](#) from [Pixabay](#)

Compartilhe |